



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



EDITAL

CONVITE Nº 010/2011

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CARTA CONVITE do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº01(DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e o nº 02 (PROPOSTA DE PREÇO), até às **15:00** hs do dia **11/03/2011**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto - 458, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada em locação, transporte, montagem e operação de 02(dois) sanitários químicos portáteis, convencionais, para serem utilizados na região da plataforma de Integração Junção por um período de 01 (um) ano no Município do Rio Grande - conforme especificado no Anexo I (Memorial descritivo de Serviços), os quais fazem parte integrante deste instrumento para todos os efeitos legais e/ou convencionais.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Tomada de Preço, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Que sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO Nº 010/11

PARA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO Nº 010/11.

PARA CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS.

PROPOSTA DE PREÇO.

PROPONENTE:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND).

4.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.4. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticada e emitida pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

4.4.1. Caso não utilizada a faculdade prevista no sub-item 4.4, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.4.2. Só serão concedidos os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 a empresa que ficar habilitada como ME ou EPP na fase de habilitação conforme Item 4.10.

4.5. Licença de Operação expedida pela FEPAM.

4.6. Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

4.7. Contrato com a CORSAN, referente a demanda mínima do serviço e do tratamento de efluentes.

4.8. Manifesto de Carga conforme norma da CORSAN.

4.9. Contrato com empresa de Consultoria Ambiental, para emissão de Laudos de Monitoramento e vistorias.

4.10. Ficha de Segurança e Laudo Técnico do Bactericida Biodegradável para limpeza de sanitários e para neutralizar o Ph dos efluentes.



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



4.11. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.12. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

4.12.1. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.13. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.13.1. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme item 4.13., terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.13.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.13.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação

4.14. Declaração de observância à Constituição Federal, que em seu artigo 7º. inciso XXXIII, proíbe o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

4.15. Um ou mais atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, comprovando o desempenho de atividade pertinente em características com objeto da licitação.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



4.16. Declaração do proponente, firmada também pelo seu responsável legalmente habilitado, de que, através de visita deste ao local dos serviços, aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial, do preço global, em moeda corrente nacional, em algarismos, datilografada ou digitada em papel timbrado, não podendo ser manuscrita, nem conter emendas ou rasuras, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. No referido preço total já deverão estar incluídos eventuais vantagens, e/ou abatimentos, tributos e demais encargos, como segue:

5.1.2. A proposta deverá conter ainda:

- a) apresentar declaração de que fornecerá profissionais para instalação dos equipamentos devidamente uniformizados, com clara identificação da empresa;
- b) apresentar declaração que utilizará equipamentos de segurança necessários as fases de instalação e desinstalação dos banheiros .
- c) apresentar declaração expressa de aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que, se vencedora da licitação executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigentes neste município.
- d) apresentar declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, materiais e encargos necessários a sua completa realização, mencionando o valor do último dissídio da categoria para base da proposta apresentada.

5.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60(sessenta) dias contados da data de abertura da documentação de habilitação.

5.2.1. Havendo omissão do prazo de validade da proposta, será considerado o prazo de validade mínimo estabelecido no item 5.2.

5.3. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



5.4. A não apresentação das propostas financeiras na forma como determina o item 5.1. , implicará na desclassificação da proposta ou propostas apresentadas.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até as **15:00** hs do dia **11 de março de 2011**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada às **15:30** horas no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



6.3. DO JULGAMENTO

O Processo Licitatório será julgado pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.4. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub item 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS E REAJUSTE



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



7.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12(doze) meses, contados da data de expedição da "Ordem de Início de serviço", podendo ser prorrogado por igual período, a critério da contratante.

7.1.1. Os preços apresentados de acordo com a Legislação vigente serão irrevogáveis.

7.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, atendidas as seguintes exigências:

7.2.1. Indicar o preposto que representará a empresa durante a execução dos serviços.

7.3. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

7.4. O início da execução dos trabalhos será contado a partir da data da "Ordem de Início dos Serviços", expedida pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT

7.4.1. O prazo contratual será contado a partir da data de expedição "Ordem de Início do Serviço", na forma prevista no subitem 7.1.

7.5. As alterações contratuais obedecerão a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8. DA GARANTIA

8.1. Por ocasião da assinatura do contrato a proponente deverá apresentar garantia, equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global por contrato junto à Tesouraria Municipal da Fazenda deste Município, conforme Lei nº. 8.666/93, em seu Art. 56, Parágrafo 1º.

8.2. A Garantia será liberada por ocasião do término, do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

8.3. No caso da garantia ser em moeda corrente, a mesma será aplicada em conta remunerada.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



8.4. Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita no item 8.1., reverterá aos cofres do município.

9. PAGAMENTO

9.1. O prazo para pagamento das faturas será de 07 (sete) dias úteis, da apresentação das mesmas, mensalmente, irreajustáveis, após atestado expedido pela SEC, quanto o fiel cumprimento das obrigações, sem o qual não será efetuado qualquer pagamento, mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Especial do Cassino - SEC, a saber:

9.1.1. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMSTT.

9.1.1.2. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurados pela fiscalização da SMSTT e por esta recebido.

10. DA RESCISÃO

10.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

10.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

10.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contratos:

10.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura.

10.2.3. A rescisão dará causa à perda das garantias realizadas ou a cobrança global da fiança bancária por parte da Prefeitura, quando for o caso, sem prejuízo de outras sanções previstas no presente edital e na legislação vigente.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



11. DAS PENALIDADES

11.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

11.2. A contratada ainda estará sujeita, independentemente de advertência e/ou interpelação judicial ou extrajudicial às seguintes multas:

11.2.1. Pela falta de limpeza completa, multas no valor equivalente ao preço de serviços de limpeza e conservação de 10 dias de trabalho.

11.2.2. Emprego de mão-de-obra sem uniformes, falta de material, reclamação contra falta de educação da equipe, uso de bebidas alcoólicas em serviço, será aplicada multa equivalente ao preço de serviço de limpeza de 10 dias de trabalho.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá a contratada:

12.1.1. Obter todas as licenças e franquias;

12.1.2. O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

12.1.3. Despesas decorrentes de Leis Trabalhistas e que digam respeito ao serviço contratado;

12.1.4. Custear todas as despesas, tais como: equipamentos, materiais de segurança, uniformes, acessórios e toda mão-de-obra necessária à execução do serviço.

12.2. A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluídos a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



12.3. Não caberá qualquer cessão, subcontratação ou transferência do contrato a ser firmado com a Prefeitura Municipal.

12.4. A Licitante vencedora da licitação, caso não seja estabelecida no Município, deverá providenciar sua inscrição junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

12.5. As despesas decorrentes da contratação serão suportadas com recursos financeiros previstos nas verbas próprias do orçamento vigente e futuros da Prefeitura, que serão suplementados, se necessário, para o regular empenho em nome da empresa que vier formalizar ajuste para a execução dos serviços.

12.6. O regime será o de execução indireta, na modalidade empreitada por preço global.

12.7. O Município se reserva o direito de emitir Ordem de Serviço de algum, de todos ou nenhum serviço, de acordo com sua conveniência.

12.8. A contratada deverá dispor de instalações próprias e fixa para guardar o material e equipamento necessário, sendo que em hipótese alguma poderão permanecer nas dependências das Unidades Municipais.

12.9. Não serão desclassificadas propostas pela simples ocorrência de vício que, a juízo da Comissão Julgadora, puder ser sanável, sem a quebra de igualdade de tratamento oferecido a todas as empresas licitantes.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Gerência de compras e Licitações Públicas - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro.

13.12. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

- Anexo I - Memorial Descritivo de Serviços
- Anexo II - Modelo de Proposta
- Anexo III – Minuta de Contrato.

13.13. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



13.14. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

13.15. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 28 de fevereiro de 2011

Alessandro Bandeira Costa
Gerente de Compras e Licitações Públicas em exercício